SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL A PARTIR DE UM PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO CURSO DE DIREITO DA FACULDADE ANHANGUERA DE PONTA GROSSA/PR

Autor(res)

Camila Escorsin Scheifer
Luana Munhoz Soriano Kubis
Mariane Lima Da Silva
Samantha Cordeiro Da Cruz
Maria De Fatima Da Costa Silva
Cibele Seguezi Loureiro
Gustavo Anzuategui
Christina Cohen Farias
Elizeia Manosso Da Silva

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

UNIDERP | PPGSS MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Introdução

A segurança alimentar é um desafio no século XXI, especialmente em países de grande extensão territorial e elevada desigualdade social, como o Brasil. Ela ocorre quando todas as pessoas têm acesso físico, social e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para atender às necessidades nutricionais, garantindo uma vida saudável (FAO, 2005). Apesar de ser um dos maiores produtores agrícolas do mundo, o país enfrenta sérios problemas: 27,6% dos domicílios vivem com algum grau de insegurança alimentar, sendo 9% em situação moderada ou grave, com maiores índices nas regiões Norte e Nordeste (IBGE, 2023).

A insegurança alimentar decorre não apenas da escassez de alimentos, mas da desigualdade de acesso, exclusão social e vulnerabilidade econômica. Conforme Sen (2000), a fome resulta da incapacidade de famílias acessarem alimentos adequados, mesmo quando disponíveis. Josué de Castro (1946) já apontava a fome no Brasil como fenômeno estrutural, político e social, cujas causas persistem.

O direito à alimentação adequada, consagrado no art. 6º da CF/88 e regulamentado pela LOSAN (Lei nº 11.346/2006), estabelece a responsabilidade do Estado na implementação de políticas públicas. Diretrizes internacionais, como as da FAO e os ODS 2 e 13, reforçam a necessidade de estratégias integradas para garantir a segurança alimentar de forma sustentável.

Este artigo apresenta os resultados do grupo de Iniciação Científica do Curso de Direito da Faculdade Anhanguera de Ponta Grossa, composto por oito alunos, divididos em quatro duplas, cada qual responsável por investigar uma das dimensões da segurança alimentar: conceitos e fundamentos jurídicos; desigualdades territoriais e sociais; impactos das crises climáticas e econômicas e; desafios institucionais para sua efetivação. O projeto promoveu integração entre Direito, políticas públicas, sustentabilidade e justiça social, fortalecendo a formação acadêmica e

a produção de conhecimento científico sobre o tema.

Objetivo

Investigar os fundamentos, os desafios e as perspectivas do direito à alimentação adequada, considerando segurança alimentar sustentável, desigualdades sociais, crises climáticas e políticas públicas, a partir de um projeto de Iniciação Científica no curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Anhanguera de Ponta Grossa/PR.

Material e Métodos

O projeto envolveu oito alunos do curso de Direito da Faculdade Anhanguera de Ponta Grossa/PR, organizados em quatro duplas, cada uma responsável por uma das quatro temáticas centrais da pesquisa: fundamentos jurídicos, desigualdades territoriais e sociais, impactos das crises climáticas e econômicas, e desafios institucionais para a efetivação do direito à alimentação adequada. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em análise bibliográfica e documental, com foco específico nos dados dos últimos cinco anos. Foram utilizadas obras clássicas e contemporâneas, como Josué de Castro (1946), Amartya Sen (2000) e Flávia Piovesan (2013), além de documentos legais e normativos nacionais (Constituição Federal, LOSAN, PNAE) e internacionais (FAO, IPCC).

Os procedimentos de análise envolveram sete etapas: 1) planejamento e delimitação temática, com a definição dos objetivos de cada dupla, critérios de seleção de fontes bibliográficas e documentos oficiais e construção de um roteiro de investigação; 2) levantamento bibliográfico sistemático de obras e artigos relevantes; 3) leitura crítica e categorização de informações; 4) reuniões quinzenais de acompanhamento para discutir resultados parciais, esclarecer dúvidas metodológicas e integrar informações entre os eixos temáticos; 5) produção de relatórios parciais relacionando dados, normas legais e indicadores sociais, ambientais ou econômicos; 6) análise crítica integrada dos dados para identificar padrões, lacunas, desafios e oportunidades na efetivação da segurança alimentar no Brasil; 7) revisão coletiva e síntese dos resultados em documento único, garantindo consistência, coerência e relevância social.

Essa organização permitiu aprofundamento temático, desenvolvimento de habilidades de pesquisa científica, escrita acadêmica e reflexão interdisciplinar, assegurando que os resultados fossem rigorosos, consistentes e socialmente aplicáveis.

Resultados e Discussão

Os resultados evidenciam que a segurança alimentar no Brasil é multidimensional, envolvendo disponibilidade, acesso, estabilidade e utilização adequada de alimentos, conceitos amplamente discutidos pela FAO (2005). A análise do eixo jurídico mostrou que o direito à alimentação adequada está consolidado na Constituição Federal (art. 6º e 225) e na LOSAN (Lei nº 11.346/2006), sendo reforçado por Diretrizes Voluntárias da FAO e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2 – Fome Zero e ODS 13 – Ação Climática). A proteção legal, no entanto, não se traduz automaticamente em efetividade prática, evidenciando lacunas entre a normatividade e a realidade social. Estudos clássicos, como os de Josué de Castro (1946), e contemporâneos, como Sen (2000), indicam que a fome no Brasil decorre sobretudo de desigualdades estruturais, como pobreza, concentração de renda e exclusão social, e não apenas da escassez de alimentos. Dados do IBGE (2023) confirmam que 27,6% dos domicílios apresentam insegurança alimentar, sendo o Norte e o Nordeste as regiões mais afetadas. A pesquisa identificou que famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas, enfrentam barreiras significativas de acesso a alimentos de qualidade, refletindo desigualdades históricas

e injustiça territorial.

O eixo das crises climáticas e econômicas evidenciou impactos diretos e indiretos sobre a produção e a disponibilidade de alimentos. Relatórios do IPCC (2023) apontam que eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e aumento de temperatura, comprometem safras, reduzindo a oferta e elevando preços. Paralelamente, crises econômicas, incluindo inflação e desemprego, diminuem a capacidade de aquisição de alimentos pelas famílias, agravando a insegurança alimentar. Observou-se que políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), têm mitigado parcialmente esses efeitos, contribuindo para a redução de até 85% da insegurança alimentar severa em algumas regiões do país (SOFI, 2024).

A análise do eixo de desafios institucionais revelou fragilidades no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e na atuação de conselhos e órgãos de controle social. Embora existam mecanismos formais de fiscalização e participação da sociedade civil, a coordenação entre esferas federal, estadual e municipal é frequentemente insuficiente, limitando a efetividade das políticas. Cortes orçamentários e a descontinuidade de programas comprometem a implementação de ações sustentáveis, exigindo maior articulação entre Estado e sociedade civil (RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL, 2024).

O trabalho em duplas permitiu que cada eixo fosse aprofundado com rigor científico, favorecendo a integração de perspectivas jurídicas, sociais, ambientais e econômicas. A produção de relatórios parciais, as reuniões quinzenais de acompanhamento e a análise crítica integrada fortaleceram a capacidade dos alunos de identificar lacunas, propor recomendações e relacionar dados quantitativos e qualitativos de forma contextualizada. A pesquisa evidenciou que a segurança alimentar é um fenômeno complexo, no qual direitos sociais, políticas públicas, justiça ambiental e sustentabilidade se intersectam.

Comparando os achados com experiências internacionais, percebe-se que políticas integradas de transferência de renda, acesso à terra, incentivos à agricultura familiar e fortalecimento de conselhos de segurança alimentar, como praticadas em alguns países da América Latina e Europa, podem servir de referência para aprimorar os mecanismos brasileiros.

Conclusão

A pesquisa evidenciou que garantir a segurança alimentar no Brasil é um desafio complexo e multidimensional, envolvendo aspectos jurídicos, desigualdades sociais, vulnerabilidades climáticas e desafios institucionais. Apesar de marcos legais e políticas públicas, persistem lacunas estruturais que comprometem o acesso pleno à alimentação adequada. O trabalho do grupo de IC demonstrou que a investigação interdisciplinar fortalece a compreensão crítica, propicia soluções integradas e contribui para a formação de profissionais conscientes e engajados com direitos humanos e justiça social.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. IBGE: 27,6% dos lares brasileiros sofrem insegurança alimentar. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 28 set. 2025. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 set. 2025. BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o SISAN. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 28 set. 2025. BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 28 set. 2025. CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946. FAO. Voluntary Guidelines to Support the

Progressive Realization of the Right to Adequate Food. Rome: FAO, 2005. Disponível em: https://www.fao.org/3/a-y7937e.pdf. Acesso em: 28 set. 2025. FAO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Rome: FAO, 2021. Disponível em: https://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition. Acesso em: 28 set. 2025. GOVERNO FEDERAL. SOFI 2024: Brasil reduz insegurança alimentar severa em 85%. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023. Acesso em: 28 set. 2025. IPCC. Climate Change 2023: Synthesis Report. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/. Acesso em: 28 set. 2025. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL. Panorama da participação social e políticas públicas sustentáveis no Brasil. Brasília: GT Agenda 2030, 2024. Disponível em: https://gtagenda2030.org.br/wp-content/uploads/2024/10/rl_2024_pt-web-completo_lowres.pdf. Acesso em: 28 set. 2025. SEN, Amartya. Desen